

VOLTA A DESCONFIANÇA

Ricardo Leopoldo
Da equipe do **Correio**

São Paulo — O presidente Fernando Henrique Cardoso bem que está se esforçando para mostrar aos investidores internacionais que o Brasil deu a volta por cima depois do baque do início do ano, quando teve de desvalorizar o real. O último sinal de que o presidente está com a mão na

massa foi a mudança no Ministério. O objetivo é um só: aprovar no Congresso Nacional medidas que possibilitem a retomada do crescimento econômico. Mesmo assim, o ceticismo dos investidores continua. Pelo menos por enquanto.

Ainda persistem as divergências na base política e as dificuldades em convencer o Congresso a aprovar as reformas constitucionais, como a tributária. A

percepção de que o País pode voltar a viver momentos de instabilidade se espalha nas principais praças financeiras do mundo, como Nova York e Londres. “O Brasil está vulnerável, porque além das questões políticas internas, precisa honrar neste ano US\$ 63,5 bilhões em compromissos comerciais e da dívida externa”, comenta Paulo Leme, diretor do Banco Goldman & Sachs, em Nova York.

Segundo muitos analistas, a reforma ministerial poderá ajudar o governo a se entender com os partidos políticos, sintonia essencial para acelerar as reformas.

AGENDA

Em Londres, Charles Blitzer, economista-chefe da área internacional do banco DLJ, espera que Fernando Henrique e os líderes da Câmara e Senado defi-

nam já a agenda de votações, para ser iniciada em agosto.

“Não há tempo a perder, pois o primeiro semestre já acabou”, comenta. “A aprovação da reforma tributária e da Lei de Responsabilidade Fiscal são essenciais”.

Para Blitzer e Arturo Porzeckanski, diretor do ING Barings, em Nova York, a lua-de-mel do mercado financeiro com o Brasil poderá acabar em setembro.

A data marca seis meses da gestão de Armínio Fraga no Banco Central. “Se em dois meses o governo não começar a se movimentar, a minha avaliação positiva sobre o Brasil ficará negativa”, afirma o executivo do ING Barings. “Os investidores poderão perceber que dois terços do ano foram embora sem ver o País aprovando mudanças de longo prazo em benefício das contas públicas”.